



## ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2016 DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Cáceres/MT, 08 a 10 de novembro de 2016

01 | Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, às oito horas, no Auditório  
02 | “Edival dos Reis”, na Cidade Universitária, sito a Av. Santos Dumont, nº 1.095, Bairro  
03 | DNER, em Cáceres-MT, foi realizada a 2ª Sessão Ordinária de dois mil e dezesseis do  
04 | Conselho Universitário da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, sob a  
05 | presidência da Professora Ana Maria Di Renzo, presidente do CONSUNI; secretariada  
06 | por mim, Silvana Mara Lente. Fizeram-se presentes os conselheiros: Ivan Cleiton de  
07 | Oliveira Silva, Vinícius Augusto Moraes, Gislaine Aparecida de Carvalho, Milton  
08 | Chicalé Correia, Luiz Carlos Pascuali, Eveline Nunes Costa, Adailton Alves da Silva,  
09 | Luiz Jorge Brasilino da Silva, Valdir Silva, Alcione Lescano de Souza Junior, Tales  
10 | Nereu Borgoni, Alfredo Zenen Domínguez González, Agilson Poquiviqui, Gildete  
11 | Evangelista da Silva, Silkiane Machado Capeleto, Verônica de Souza Bezerra, Maria  
12 | Eloisa Mignoni, Thiago Silva Guimarães, Ricardo Kerchi Umetsu, Rogério Dias Dalla  
13 | Riva, Raul Angel Carlos Oliveira, Marlon Machado Cunha, Adil Antonio Alves de  
14 | Oliveira, Anderson Fernandes de Miranda, Maynez Cargnin Stieller, Alexandre Cesar  
15 | Faleiro, Clecir Grzebieluckas, Dirceu da Rosa Martins, Marcelo Berigo, Gabriel  
16 | Schardong Ferrão, Clebes Cosendev de Souza, Eder Reinoldo Gotz, Claudeir Dias,  
17 | Jeferson Odair Diel, Keila Mara da Costa e Silva, e Antônio Ronaldo da Silva. Após  
18 | verificação de *quorum*, inicia-se a sessão, regida em conformidade com a Resolução nº  
19 | 017/2012-CONSUNI. A presidente cumprimenta e agradece a todos pela presença. Passa  
20 | a palavra ao pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação Rodrigo Zanin que, após os  
21 | cumprimentos, parabeniza os alunos da célula empreendedora que foram vencedores de  
22 | um concurso recentemente. Informa ainda as várias ações desenvolvidas na universidade  
23 | voltadas ao empreendedorismo. Informa sobre os repasses para a pesquisa, que  
24 | recentemente recebeu a primeira parcela e que já estão sendo contratados os programas  
25 | para a organização dos gastos, embora haja um decreto que dificulta aquisição de  
26 | passagens. Quanto a bolsas de estudo, houve uma redução. Comunica a realização da  
27 | primeira reunião da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, que está sendo estruturada.  
28 | Que ocorrerá o seminário de pesquisa em Cáceres, Tangará e Sinop. A presidente  
29 | informa sobre a reunião com a comunidade acadêmica para fortalecer a pesquisa e buscar  
30 | reforços contra as ações de cortes da CAPES, lembrando ainda a necessidade do



01 fortalecimento da pesquisa na universidade com bons projetos. A pró-reitora Vera  
02 Maquêa, após os cumprimentos, fala sobre as pautas a serem apreciadas nesta sessão,  
03 pedindo o apoio de todos os conselheiros. Fala sobre os encontros do FOCCO,  
04 lembrando que o último será em Sinop e ainda sobre a realização do encontro de reitores.  
05 O pró-reitor de Extensão e Cultura Alexandre Porto cumprimenta os presentes e informa  
06 que as bolsas sofreram uma breve redução devido ao baixo número de inscrições no  
07 edital da FAPEMAT. Discorre sobre a implantação do Projeto de Línguas, um grande  
08 projeto da pró-reitoria, implantado e executado por cada câmpus. Informa sobre a  
09 Jornada Científica e sua organização. A presidente fala da importância de se mostrar o  
10 que está sendo produzido na instituição e espera que até 2018 seja implantado nos  
11 câmpus o Centro de Línguas. Destaca a relevância da formação em Empreendedorismo,  
12 buscar por novas alternativas, pois os acadêmicos precisam se inserir no mercado após a  
13 formatura. Aborda ainda sobre a formação continuada, fornecida para todos os docentes.  
14 Informa sobre a participação de embaixadas na Jornada Científica. Com a palavra o pró-  
15 reitor Francisco Lledo, que cumprimenta a todos os presentes e informa que um servidor  
16 da DATI também foi vencedor, na etapa em Rondonópolis das células empreendedoras.  
17 Justifica a ausência do pró-reitor de Gestão Financeira Weily Toro Machado, passando  
18 aos informes gerais sobre orçamento e ações desenvolvidas para os câmpus. Destaca o  
19 trabalho dos diretores de cada câmpus e ainda informa que em breve será publicado  
20 edital para o sistema acadêmico. Quanto à conexão de *internet* houve uma melhora  
21 significativa no aumento da capacidade, ainda que precária em alguns câmpus. A  
22 presidente destaca a eficiência da execução orçamentária e financeira, mesmo em tempos  
23 de crise. Lembra que isto deve ser mantido e melhorado, a fim de garantir o bom  
24 andamento das atividades. Informa que OLLP ainda não foi possível se alcançar o  
25 ingresso, mas que está batalhando para tal. Não havendo informes por parte dos senhores  
26 conselheiros, concede a palavra ao professor Domingos Sávio, presidente da  
27 ADUNEMAT que, após os cumprimentos, informa que estão se organizando para  
28 mobilização contra a implantação da PEC 241, PEC 245 e MP 746 do Governo Federal,  
29 juntamente com o SINTESMAT. Afirma que é muito importante que este Conselho  
30 Universitário também se posicione contra. Informa sobre a realização de mobilização dos  
31 sindicatos no próximo dia 11 em cada cidade. O presidente do SINTESMAT também  
32 manifesta que é muito importante que este conselho se posicione contra essas medidas do



01 Governo Federal. Informa sobre o encontro sindical e a palestra que ocorrerá neste dia, à  
02 noite, no câmpus de Cáceres, convidando a todos para participarem. A presidente solicita  
03 à assessora dos conselhos para apresentar a carta feita pela ABRUEM, para que este  
04 conselho também possa fazer uma proposta de redação e ser colocada em apreciação.  
05 Lamenta que Universidade Estadual do Rio Grande do Norte corra o risco de ser  
06 privatizada, é preciso se precaver. Recorda que todos os câmpus começaram próximos da  
07 sociedade e que atualmente é preciso estar mais perto, saber o que a sociedade pensa  
08 sobre nós. Fala sobre a questão das passagens, que não se mexe na questão de programas,  
09 pois o decreto recomenda a redução apenas para eventos. Aborda sobre a redução do  
10 expediente para seis horas ou não. Que na Sede Administrativa poderia haver a redução  
11 sem problemas, já os câmpus teriam muitos problemas, devido à impossibilidade de  
12 redução da carga horária das disciplinas, uso de laboratório e outros. Justificaram  
13 ausência os conselheiros: Dilma Lourença, Solange Ikeda, Paulo Pimenta. A presidente  
14 empossa os conselheiros Angela Rita e Rivanildo Dallacort. O conselheiro Jeferson  
15 Santos, de representação discente, perdeu o mandato por não comparecer para a posse,  
16 conforme §2 do art. 9º da resolução 007/2012-CONSUNI. A presidente coloca em  
17 apreciação a Ata da Sessão Ordinária e Extraordinária realizadas anteriormente e, não  
18 havendo apontamentos dos conselheiros, são consideradas aprovadas. A presidente  
19 apresenta a proposta de pauta e pergunta se há inclusão de pauta. Não sendo proposta  
20 nenhuma inclusão, a mesa solicita a retirada do subitem 2.7 Criação do Núcleo  
21 Pedagógico de Marcelândia. Em regime de votação: 32 votos favoráveis e 01 abstenção.  
22 O conselheiro Luiz Jorge pede a retificação do subitem 4.8 da pauta para avaliação. Em  
23 regime de votação: 36 votos favoráveis. O conselheiro Claudeir solicita a inversão do  
24 item 4 para o após o 1 item. Em regime de votação: 30 votos favoráveis, 00 votos  
25 contrários, 01 abstenção. A presidente coloca em apreciação por bloco os subitens do  
26 item 1. Homologações das Resoluções Ad Referendum do CONSUNI: 1.1 Resolução nº  
27 007/2016 - Aprova e autoriza a implementação do Programa Stricto Sensu - Mestrado  
28 Profissional em Ensino de História – PROFHistória da Universidade do Estado de Mato  
29 Grosso – UNEMAT. 1.2 Resolução nº 008/2016 - Aprova e autoriza a implementação do  
30 Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Ambientais a ser executado no  
31 Câmpus Universitário “Jane Vanini” em Cáceres-MT. 1.3 Resolução nº 009/2016 –  
32 Aprova o Regimento do Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHistória da



01 | Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT. 1.4 Resolução nº 010/2016 –  
02 | Aprova o Regimento do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu – Doutorado em  
03 | Ciências Ambientais da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT a ser  
04 | executado no Câmpus Universitário “Jane Vanini” em Cáceres-MT. 1.5 Resolução nº  
05 | 011/2016 - Aprova e autoriza a implementação do curso de Pós-graduação *Lato Sensu*  
06 | “Gerenciamento da Atenção Primária com ênfase na Saúde da Família”, a ser executado  
07 | no Câmpus Universitário de Tangará da Serra-MT. A presidente, seguida pelo pró-reitor  
08 | de Pesquisa e Pós-graduação, defende a necessidade de aprovação de cada resolução. O  
09 | conselheiro Ricardo questiona a aprovação de regimento sem tramitação pelas câmaras.  
10 | Informa a existência de um regimento no câmpus de Nova Xavantina que vem sendo  
11 | reformulado, tendo passado por todas as câmaras. O professor Rodrigo esclarece que não  
12 | havia regimento, portanto não se trata de reformulação nesse caso. Em regime de  
13 | votação: 35 votos favoráveis. Em apreciação o subitem 1.6 Resolução nº 012/2016 -  
14 | ~~Dispõe sobre a Criação e Normatização da Modalidade de Bolsa de Preceptoría Médica –~~  
15 | ~~BPMed para acompanhamento, supervisão e orientação de alunos em atividades~~  
16 | ~~acadêmicas no curso de Medicina, no âmbito da Universidade do Estado de Mato Grosso.~~  
17 | A pró-reitora de Ensino e Graduação apresenta a professora Heloisa Miura, o professor  
18 | Franciano Antunes e o professor Alcione Lescano. Justifica a resolução mediante a  
19 | urgência dos discentes de Medicina possam iniciar a fase de internato e comunica que a  
20 | universidade vai auxiliar no processo readequação hospital-escola nas dependências do  
21 | Hospital Regional de Cáceres. Esclarece que esta bolsa é de preceptoría: são  
22 | profissionais-médicos que atuam nas unidades de saúde e que irão acompanhar o aluno  
23 | durante as atividades em sua unidade. Que existe uma legislação limitando a quantidade  
24 | de alunos em determinadas unidades e a ideia foi organizar esta resolução tendo como  
25 | parâmetro várias universidades do país. O conselheiro Claudeir solicita a apreciação da  
26 | Câmara Setorial de Orçamento e Patrimônio, uma vez que gerará ônus para universidade.  
27 | O pró-reitor de Planejamento e Tecnologia da Informação esclarece os valores, em  
28 | conformidade com o projeto, existindo programação prévia. O professor Franciano tece  
29 | suas considerações sobre o assunto e informa que existe um número pequeno de  
30 | profissionais-médicos no município e que o prefeito chegou a questionar sobre vínculos  
31 | empregatícios e argumenta que a oferta da bolsa não onera os servidores da instituição.  
32 | Com a bolsa preceptoría, haverá um professor responsável e os bolsistas que atuaram



01 com os alunos. Pondera que haverá uma economia de 140 mil por ano com a redução de  
02 professores de estágio. Foi pactuado um valor de 160 mil com bolsas, porém este valor  
03 corresponde ao teto máximo, não necessariamente atingindo este valor. É uma forma de  
04 contribuir com o ensino e a formação dos profissionais, proporcionando uma formação  
05 de qualidade combinada com redução de gastos, inclusive com impostos. O conselheiro  
06 Ricardo sugere que seja incluso na resolução quantos preceptores e quantos alunos serão  
07 atendidos por cada um, ou seja, um cronograma orçamentário. A presidente se dirige  
08 àqueles que não compreendem que a preceptoria é uma condição para a prática da  
09 Medicina e pensa em iniciar uma discussão nos câmpus de Cáceres, Diamantino e  
10 Tangará da Serra, em relação aos cursos de Enfermagem, que são onerosos para a  
11 universidade. Informa que os programas de bolsas é uma prática utilizada pelo Governo  
12 Federal, como o PARFOR, UAB (Universidade Aberta do Brasil), entre outros. A pró-  
13 reitora Vera argumenta que existe uma variação muito grande, que independe da  
14 universidade, sendo necessário observar as regras de cada unidade de saúde, como isto  
15 será possível ocorrer. O edital prevê carga horária e que a quantidade de alunos deverá se  
16 adaptar a cada realidade específica. Considera que é mais vantajoso a concessão de bolsa  
17 a um preceptor para acompanhar o estágio, sendo possível pensar em outras áreas. O  
18 conselheiro Dirceu manifesta preocupação com a execução e pagamento dessa bolsa,  
19 uma vez que será contínua. A presidente esclarece que a ideia é colocar o pagamento  
20 dentro da folha, como se paga a secretaria de gestão. A professora Vera lembra que  
21 quando o curso foi criado, existia a previsão de gastos com internatos que extrapola o  
22 atual valor da bolsa em proposição. Pensa que é uma questão de acompanhar o que as  
23 universidades públicas fazem para acompanhar os alunos no internato, passando a atuar  
24 dentro de cada unidade de saúde. O internato faz parte do curso de Medicina e que a  
25 bolsa representa um laço dos profissionais com a universidade e com a formação dos  
26 futuros profissionais. O conselheiro Tales questiona quanto à legalidade da situação dos  
27 profissionais que atuam nas unidades de saúde e atendem aos alunos. A professora  
28 Heloisa detalha o processo de formação dos acadêmicos junto às unidades de saúde. O  
29 internato será dividido nas áreas de saúde da mulher, da criança, do adulto e outras  
30 modalidades. O preceptor só faz aulas práticas, ou seja, o que estiver acontecendo de  
31 procedimento na unidade é isto que o aluno vai aprender, não existindo uma  
32 programação prévia a ser seguida. Um aluno quando termina o internato na saúde da



01 | mulher pode fazer um parto normal, mas uma cesárea, por exemplo, poderá realizar  
02 | apenas quando terminar a área da obstetrícia. O preceptor, ao realizar os procedimentos,  
03 | expõe detalhadamente cada atividade. O conselheiro Vinicius pede que seja apresentado  
04 | o melhor e o pior cenário, para se ter ideia de como os valores serão reajustados. O  
05 | conselheiro Milton Chicalé compreende que muitos esforços foram feitos e que se trata  
06 | de uma condição para o curso. Que a bolsa é possível do ponto de vista legal, que são de  
07 | valores irrisórios, uma vez que quem se propõe a trabalhar como bolsista é por  
08 | dedicação. Lembra que a instituição precisa avançar e que atualmente são propostas  
09 | poucas resoluções *ad referendum*. Sugere que a Câmara de Legislação e a Câmara de  
10 | Orçamento estejam disponíveis para, quando houver matéria de urgência, essas  
11 | resoluções sejam previamente apreciadas. A presidente concorda com o conselheiro e  
12 | que isto pode ser pensado para as próximas sessões. Esclarece para o conselheiro  
13 | Vinicius que o pior cenário é o apresentado. O professor Lescano afirma que entendeu a  
14 | necessidade da bolsa, mas que seria preciso compreender como funciona a formação dos  
15 | alunos de Medicina. A professora Vera argumenta que a carga horária não sofrerá  
16 | mudanças, uma vez que corresponde a um número “x” de alunos. O professor Franciano  
17 | relembra a aprovação do PRC do curso de Medicina, onde constava de mais de oito mil  
18 | horas, adequadas para a carga horária mínima prevista em lei, existindo um percentual  
19 | pré-fixado para o internato. Que no curso de medicina ocorre divisão de turmas para  
20 | acessar determinada unidade de saúde. O conselheiro Tales pede esclarecimento quanto  
21 | aos termos “no mínimo” ou “no máximo” apresentados na tabela, sendo esclarecido pelo  
22 | relator. Em regime de votação: 36 votos favoráveis. Apreciação do item 4. Câmara  
23 | Setorial de Legislação, subitem 4.1 Regimento Interno dos laboratórios do Câmpus Univ.  
24 | de Nova Xavantina. O relator Luiz Jorge apresenta aos demais conselheiros os trâmites  
25 | processuais e o parecer da câmara. O conselheiro Lescano pensa que os laboratórios  
26 | estão vinculados às faculdades, sendo necessário então reforçar as faculdades para  
27 | resolução de problemas pontuais dentro dos laboratórios. A presidente considera  
28 | importante o reforço das faculdades e lembra que está em andamento o concurso para  
29 | técnicos. O conselheiro Ricardo considera é importante regulamentar o uso dos  
30 | laboratórios a fim de evitar que os laboratórios tenham o acesso controlado por pessoas,  
31 | em vez do câmpus. Aponta que foram aprovadas alterações no CONEPE que não  
32 | constam na proposta apresentada. A assessora dos órgãos colegiados esclarece que essas



01 | sugestões serão apreciadas com os destaques da câmara. A presidente profere a leitura do  
02 | parecer da câmara. Em regime de votação: 38 votos favoráveis. Em apreciação o subitem  
03 | 4.2 Regimento do Laboratório de Ensino do Câmpus Univ. de Juara. A relatora Eveline  
04 | apresenta a matéria, os trâmites do processo e os destaques propostos pela câmara. O  
05 | conselheiro Ivan solicita que, caso aprovada, retorne à câmara para, juntamente com a  
06 | pró-reitoria, ser corrigida. Em regime de votação: 37 votos favoráveis. Em apreciação o  
07 | subitem 4.3 Alteração da Resolução nº 022/2013-CONSUNI que cria o curso de  
08 | Bacharelado em Engenharia Civil, a ser executado no Câmpus Universitário de Nova  
09 | Xavantina da UNEMAT. O relator Milton inicia a relatoria informando que parte do  
10 | texto foi recortado da resolução de Nova Mutum. Procede à leitura do parecer,  
11 | apresentando as devidas alterações a serem realizadas na resolução. Em regime de  
12 | votação: 38 votos favoráveis. Em apreciação o subitem 4.4 Regimento do Núcleo de  
13 | Documentação de História Escrita e Oral - NUDHEO de Tangará da Serra. O relator  
14 | Milton procede à leitura do parecer. Manifesta parecer favorável, condicionado às  
15 | correções propostas. Em regime de votação: 38 votos favoráveis. Em apreciação o  
16 | subitem 4.5 Regimento do Núcleo de Extensão em Sociedade Sustentáveis da Amazônia  
17 | Legal - Juara. O relator Luiz Jorge apresenta a matéria com a leitura parcial do parecer.  
18 | Exara parecer favorável tanto do núcleo quanto do regimento. Não havendo inscritos para  
19 | discussão passa-se ao regime de votação: 39 votos favoráveis. Em apreciação o subitem  
20 | 4.6 Regimento da Biblioteca. O relator Luiz Jorge procede à leitura do parecer da  
21 | câmara, considerando que a matéria já foi objeto do CONEPE, passando por adequações  
22 | para apreciação do CONSUNI. Exara parecer favorável com destaques. A professora  
23 | Vera considera que é de responsabilidade dos diretores dos câmpus a alocação dos  
24 | servidores para atender a demanda da biblioteca. Pontua que o biblioteconomista do  
25 | câmpus de Tangará da Serra atende toda a demanda da universidade. O conselheiro  
26 | Dirceu pede esclarecimento quanto aplicação da multa, de como seria a forma de  
27 | regularização junto à biblioteca e da emissão do documento “nada consta”. O relator  
28 | pondera que a aplicação multa não tem sido eficiente, sobretudo porque existem taxas  
29 | para impressão de formulários de pagamento, não retornando integralmente o valor para  
30 | a universidade. A penalidade será a suspensão do acesso do aluno ao acervo da  
31 | biblioteca, entre outras medidas previstas na minuta. O conselheiro Claudeir manifesta  
32 | que a parte mais difícil é aceitar a retirada da multa, pois ela representa a garantia da



01 | devolução do livro ou ainda o recebimento do valor do livro. Considera que a suspensão  
02 | ainda é o melhor caminho, inclusive com a não emissão do “nada consta” para qualquer  
03 | eventualidade. O conselheiro Valdir sugere que seria necessário explicitar o termo  
04 | “serviço de informação de maneira eficiente”. O servidor Robson esclarece que o termo  
05 | empregado consiste nas informações referentes ao uso do acervo e à questão técnica. Que  
06 | este regimento foi pensado para atender as necessidades atuais. A conselheira Gislaire  
07 | tece suas considerações quanto às penalidades, acredita ser inconcebível. O assessor  
08 | jurídico Thiago Nascimento considera que seria ideal o conselho discutir quanto à  
09 | previsão de ressarcimento, mediante um processo administrativo. Que é preciso “mexer”  
10 | no bolso do infrator, pois se trata de patrimônio público. Fica esclarecido que isto consta  
11 | no parágrafo 38 e seguintes. O servidor Robson descreve que a devolução é uma  
12 | obrigação, independentemente da penalidade. O conselheiro Cláudio considera que a  
13 | biblioteca é um lugar onde se oferece informações, não se tratando de uma mera caixa de  
14 | guardar livros. Sobre as penalidades, considera desnecessária a adoção de procedimento  
15 | administrativo, uma vez que a resolução imputa a devolução. O servidor Robson  
16 | esclarece ainda sobre a limitação de renovação, alegando ser necessária para averiguar as  
17 | condições físicas do livro. O conselheiro Gabriel destaca os artigos 18 e 19. Solicita que  
18 | seja unificada a quantidade. Lembra que está previsto na normatização acadêmica o  
19 | procedimento administrativo em caso de extravio do livro. A conselheira Eloisa sugere  
20 | solicite esclarecimento sobre o atraso, o roubo ou furto. Que este último deve ser tratado  
21 | como prevê a normatização acadêmica, havendo ainda situações de furto parciais. Pede  
22 | esclarecimento quanto à doação. O relator esclarece as questões levantadas e afirma que  
23 | serão revistas na redação, com os ajustes necessários. A professora Vera manifesta que  
24 | sonha estar discutindo neste conselho o que seria uma biblioteca, agregando todo o  
25 | conhecimento adquirido ao longo do tempo e outros pontos relevantes, mas que esta  
26 | resolução proposta aqui é apenas para regulamentar a necessidade atual. Que o  
27 | importante é que a biblioteca seja utilizada, que o aluno possa ler em suas dependências,  
28 | que haja exposições com a produção científica da universidade. A presidente informa  
29 | que, recentemente, um professor palestrou sobre Medicina e sugeriu que não seria viável  
30 | comprar livros, pois estão sempre sofrendo mudanças e adequações, que é urgente  
31 | informatizar. Em regime de votação: aprovado com 36 votos favoráveis, condicionado à  
32 | revisão textual. A presidente retoma a sessão após pausa para refeição. Em apreciação o



01 subitem 4.7 Regimento da Editora. A presidente atenta para a necessidade imediata da  
02 editora da UNEMAT ter um regimento, normatizando as ações provenientes dela. O  
03 relator Luiz Jorge esclarece que houve dificuldades para o acompanhamento e apreciação  
04 da matéria. Como encaminhamento, sugere a retomada das discussões sobre a matéria  
05 pela câmara juntamente com os responsáveis diretos pela editora, após as discussões aqui  
06 demandadas. Exara parecer favorável, condicionado à revisão da câmara, juntamente  
07 com as alterações propostas. A professora Maria do Socorro informa que, desde assumiu  
08 a diretoria da editora, vem buscando compreender seu funcionamento. Informando ainda  
09 que conta com representação de todas as áreas, explicando as etapas de apreciação de  
10 cada obra antes da publicação. Os regimentos de outras universidades foram consultados  
11 para construção da minuta. Muitos livros foram publicados, ainda estavam empacotados.  
12 Então foi tomada a iniciativa de distribuí-los aos câmpus. Pondera sobre a necessidade de  
13 parâmetros para publicação e maior diversidade de áreas publicadas, bem como trabalhos  
14 de outros lugares. Comunica que está sendo discutida uma coedição em parceria com a  
15 Unicamp, visando dar maior credibilidade à editora. A presidente consulta os  
16 conselheiros se é possível fazer uma leitura geral da minuta em tela: do título, objetivos,  
17 sobre a comissão do conselho editorial, dentre outros títulos apresentados, dando ênfase  
18 aos pontos relevantes. A professora Socorro aborda o assunto da comercialização dos  
19 livros. O professor Rodrigo reforça a necessidade de divulgação da instituição com  
20 logomarcas. O conselheiro Alfredo questiona, no artigo 19, se é possível no “prazo de  
21 cinco anos” a editora tornar-se auto-sustentável financeiramente. A presidente e a  
22 professora Socorro respondem afirmativamente. O professor Raul sugere que seja  
23 realizado um planejamento a curto, médio e longo prazo, a fim de ser possível avaliar  
24 anualmente as metas. A presidente esclarece que a editora não produz renda apenas com  
25 a livraria, receberá recursos. Orienta que a professora Socorro traga, após decorrido um  
26 ano, prestação de contas para ser avaliada neste conselho. O conselheiro Ronaldo  
27 questiona quanto às prioridades de publicação, sendo esclarecido pela professora  
28 Socorro. Em regime de votação: aprovado com 35 votos favoráveis. Em apreciação o  
29 subitem 4.8 Regulamento da Avaliação de Desempenho dos Docentes da UNEMAT -  
30 COPAD. A presidente destaca a relevância desta regulamentação frente aos problemas  
31 enfrentados devido sua ausência. Afirma que o regime é do professor e, se não possui  
32 condições de cumprir o regime estabelecido, deve buscar as instâncias competentes para



01 solicitar a redução de carga horária. Critica o processo de autoavaliação, dizendo que  
02 ninguém vai atribuir nota inferior à sete. É preciso proteger a carreira e resguardar o  
03 direito que foi adquirido, acrescenta. Agradece a todos os membros da COPAD  
04 (Comissão Permanente de Avaliação Docente) pelos trabalhos realizados e reforça que é  
05 preciso regulamentar o desempenho. O relator Luiz Jorge procede à leitura parcial do  
06 parecer. Manifesta-se favorável, condicionada às adequações destacadas no parecer. A  
07 professora Zulema Figueiredo, após os cumprimentos, apresenta suas considerações e  
08 justifica a necessidade desta comissão e da readequação da primeira resolução já  
09 aprovada. Afirmo que a preocupação principal foi discutir a realidade, assim surgiu a  
10 necessidade desta proposta em apreciação. O conselheiro Vinicius questiona quanto ao  
11 término do período probatório no período de férias, sobre a questão das 30 horas em  
12 gestão, sobre fazer pesquisa e extensão em três horas e meia. Quanto à avaliação no  
13 colegiado de faculdade, se está previsto ou não algum apontamento em ficha funcional.  
14 Considera que estes pontos devem ser amarrados na resolução para que os avaliadores  
15 tenham respaldo legal para avaliar. A presidente propõe que seja apresentado os  
16 destaques pela ordem dos artigos propostos. O conselheiro Vinicius solicita destaque  
17 para a questão das férias. A presidente questiona se trinta dias é bom, suficiente ou ruim.  
18 Passa a palavra ao conselheiro Thiago, propondo que o prazo seja de 60 dias. O  
19 conselheiro Ricardo lembra que o processo passa por vários trâmites, porém na minuta  
20 não está claro para quem o docente deve encaminhar o processo. O processo, segundo a  
21 professora Zurema, é protocolado no curso. Porém, o professor Ivan diz que inicia na  
22 faculdade. O relator esclarece que, se o docente atua em vários cursos, deve ser avaliado  
23 pelos cursos. O processo inicia no órgão de lotação, ou seja, nas faculdades. Mas deverá  
24 ser remetido aos cursos. Informa ainda que o protocolo na faculdade deve ser feito em 30  
25 ou até 60 dias, mas o enquadramento será diferente, pois será penalizado pela demora. A  
26 presidente sugere revisão para se saber o caminho, o fluxo para o trâmite. O conselheiro  
27 Adil pondera que nem sempre é possível ser avaliado pelo curso, pois quem tem  
28 conhecimento claro da atuação do docente é a faculdade. O conselheiro Milton pede  
29 esclarecimento sobre a questão do probatório. Alerta que, se o docente não passar pelas  
30 três avaliações e não for considerado apto, ele não poderá ser exonerado com o  
31 procedimento administrativo. O relator sugere a inclusão no RTD esta avaliação. A  
32 professora Kelli Munhoz esclarece que atualmente a comissão aceita avaliação tanto do



01 curso quanto da faculdade. No entanto, questiona como será a avaliação pedagógica, se a  
02 avaliação for apenas da faculdade. Questionamentos: avaliação anual e avaliação por  
03 mais de um curso/faculdade. O conselheiro Vinicius sugere que o docente seja avaliado  
04 pela faculdade onde tenha maior quantidade de disciplinas. O pró-reitor Valter Danzer  
05 lembra que está sendo decidido não menos que a vida dos docentes nesta discussão. Fala  
06 que não entrará no mérito das discussões de índices, devido ao seu olhar técnico.  
07 Algumas questões, muito além da avaliação apenas para progredir de nível, tem  
08 implicações bem maiores. Considera necessária a previsão de penalidade, pensar que a  
09 avaliação envolve o desempenho também. Como avaliar a eficácia do docente  
10 subjetivamente? O profissional precisa ser reprovado na avaliação qualitativa e  
11 quantitativa, conclui. A presidente sugere repensar esta comissão, obter mais dados para  
12 dar melhor encaminhamento sobre esta matéria. Destaca as coordenações de cursos, no  
13 papel fundamental que exercem na gestão pedagógica. A presidente propõe como  
14 encaminhamento: COPAD se mantém na comissão, a câmara, a PRAD e dois docentes  
15 membros do conselho. O professor Rodrigo manifesta dúvidas quanto à concepção das  
16 faculdades e suas obrigações. Sugere que sejam levadas em consideração as atribuições  
17 de coordenação de curso e de faculdades. O conselheiro Adil considera que não é  
18 possível apreciar a matéria nesta sessão, carecendo maiores discussões. A professora  
19 Zurema lembra que a avaliação é apenas um indicador, não abrange todas as atividades  
20 docentes. O conselheiro Ricardo manifesta que percebe um certo corporativismo e o  
21 medo de se “cortar na carne”, que é preciso ter o compromisso com a sociedade. Que seja  
22 criado um mecanismo para acompanhar o que está sendo realizado pelos professores,  
23 finaliza. O conselheiro Ronaldo questiona se a avaliação é apenas pedagógica. A  
24 presidente esclarece que este formulário é avaliado pelo curso e outra coisa é a avaliação  
25 institucional. O conselheiro Ivan parabeniza o trabalho da COPAD. Se pergunta se os  
26 docentes vão querer gestão para receberem apenas meio ponto. O coordenador de curso  
27 deve ter maior pontuação, conclui. Proposta “Comissão especial: 02 membros da  
28 COPAD, 02 membros do Sindicato Docente, 02 membros da PRAD, 02 membros do  
29 CONSUNI e 01 membro do CONEPE, que participou das discussões da RTD”. Em  
30 regime de votação: proposta aprovada com 34 votos favoráveis. A presidente consulta  
31 aos senhores conselheiros para prorrogar até as 18:30 horas. Proposta 1: prorrogação da  
32 sessão até as 18:30 horas. Proposta 2: continuidade da sessão no dia seguinte. Em regime



01 de votação: aprovada a proposta 1 com 25 votos favoráveis, 09 contrários. O vice-reitor  
02 sugere que seja iniciada amanhã a pauta, sendo acatado pelos conselheiros. A presidente  
03 procede a leitura da Carta da ABRUEM tratando sobre a Universidade Estadual do Rio  
04 Grande do Norte. “Que não seja preciso a UNEMAT fazer uma carta como esta”. Aos  
05 nove dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, no mesmo local, a partir das oito  
06 horas, após a contabilização de quórum, a presidente declara reiniciada a sessão.  
07 Cumprimenta a todos os profissionais pela aprovação de projetos na FAPEMAT. A  
08 presidente enaltece a modalidade parcelada do câmpus de Luciara com seus núcleos,  
09 parabeniza a atuação dos professores Luiz Antônio e Flávio Teles, carecendo uma  
10 solução para que o câmpus tenha representatividade nos conselhos. O professor Luiz  
11 Antônio apresenta um vídeo feito com o bispo Pedro Casaldáglia falando sobre educação  
12 e do papel da UNEMAT e do Programa Parceladas no Médio Araguaia. O professor Luiz  
13 Antonio relembra as discussões da interiorização do ensino superior e apresenta um  
14 histórico do Câmpus do Médio Araguaia, criado em 1991, para atender a demanda da  
15 região com a modalidade de Parceladas, com oferta não-continua. Quanto ao calendário,  
16 informa que é organizado juntamente com a rede estadual e municipal de educação para  
17 garantir a participação dos acadêmicos, pois naquela região a UNEMAT foi pensada  
18 juntamente com a educação básica. Prossegue apresentando os cursos realizados desde a  
19 criação até a atualidade, esclarecendo que no início eram mantidos apenas com recursos  
20 externos e, somente a partir de 2011, passa a ter investimento da UNEMAT. Salaria que  
21 não se trata de crescimento, com oferta de novos cursos. Apenas alterando as áreas de  
22 formação para atender a demanda da região. Destaca ainda educação inclusiva, com a  
23 formação de profissionais do campo e das diversas comunidades da região. Explica como  
24 acontecerá o uso de laboratório para o curso de Zootecnia, esclarecendo que serão  
25 utilizados os laboratórios de parceiros da região, onde também serão desenvolvidas as  
26 aulas de campo. A presidente passa a palavra ao relator Tales, após colocar em  
27 apreciação do item 2. Câmara Setorial de Orçamento e Patrimônio, subitem 2.2 Curso de  
28 Licenciatura em Filosofia – Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia. O relator  
29 apresenta o projeto e planilhas com o valor estimado para o curso de filosofia, reforçando  
30 a disponibilidade de recursos da universidade para a realização do curso e ainda lembra  
31 que prevê reoferta de curso e fundo de reserva. Exara parecer favorável. Em regime de  
32 votação: aprovado com 34 votos favoráveis. Em apreciação o subitem 2.1 Curso de



01 Licenciatura em Sociologia – Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia. O relator  
02 esclarece sobre o curso de sociologia, que da mesma forma se encaixam nos valores de  
03 reserva para a realização dos cursos. O conselheiro Luiz Jorge questiona quanto aos  
04 recursos previstos, se já não estão comprometidos com outras despesas. O pró-reitor de  
05 Planejamento e Tecnologia da Informação informa que existe um valor estimativo  
06 alocado no PPA da universidade, que foi conquistado uma folga orçamentária para as  
07 modalidades diferenciadas. O vice-reitor lembra que não são novos cursos e sim o início  
08 de outros cursos para suprir os concluídos recentemente. A presidente lembra que não  
09 temos recursos, mas não se tem como não ofertar cursos por conta de cortes do Estado.  
10 Se não for feito assim o câmpus de Luciara será “morto”, conclui. O conselheiro Marion  
11 lembra que a UNEMAT só sobreviveu a todos os ataques por estar espalhada em todo o  
12 estado de Mato Grosso. Que a universidade estadual do Rio Grande do Norte está sendo  
13 privatizada, isto é um retrocesso. Assim é preciso ocuparmos para não naufragar, conclui.  
14 O conselheiro Claudinei demonstra preocupação em relação à execução dos recursos da  
15 universidade através da FAESPE. O pró-reitor de Extensão e Cultura Alexandre Porto  
16 informa que os conselhos da FAESPE aprovaram os pagamentos via bolsas, o mesmo  
17 modelo praticado na UAB. A professora Vera considera a viabilidade da proposta e  
18 acrescenta ainda que em Luciara os eventos realizados envolvem toda a sociedade,  
19 marcam presença e defendem a universidade na região. Exemplo disso é o vídeo  
20 apresentado aqui, argumenta. O conselheiro Luiz Jorge pondera que nem sempre a  
21 sociedade defende as políticas que a universidade defende. Que a universidade não tem  
22 conseguido fazer que a sociedade enxergue que é preciso defender as políticas sociais. A  
23 presidente pede licença aos senhores conselheiros para participar da abertura de um  
24 evento com retorno breve para a sessão. O conselheiro Luiz Jorge continua a fala.  
25 Defende as mobilizações sociais em defesa da UNEMAT e alega que precisamos ser  
26 mais vistos e escutar um pouco mais. Que estamos num ano difícil, mas é preciso  
27 resgatar a influência histórica do câmpus na região. O professor Luiz Antonio lembra que  
28 a proposta inicial era discutir em bloco, porque ficaria complicado aprovar um curso e  
29 deixar outro para depois, uma vez que no câmpus de Luciara os cursos são realizados de  
30 quatro em quatro anos. O conselheiro Alfredo opina que se está dentro do planejamento  
31 tudo bem, mas é preciso se pensar em pós-graduação. A proposta é repensar Luciara com  
32 pós-graduação e com a extensão. A presidente informa existem muitos alunos que já



01 foram formados pelos programas da universidade, que o TCC lá envolve pesquisa e os  
02 trabalhos são apresentados para a sociedade. Quanto à extensão, existem muitas ações  
03 desenvolvidas lá, reforça. O conselheiro Luiz Pascuali considera que está na hora de se  
04 repensar a estrutura da universidade. Que é preciso ocupar o estado com cursos com  
05 modalidades diferenciadas, as turmas fora de sede e outras. A professora Kelli esclarece  
06 que com o pagamento meio de bolsa haverá maior incentivo para melhorar a qualidade  
07 dos profissionais que ministram aulas nas modalidades diferenciadas e beneficiará as  
08 políticas de extensão e de pesquisa. O conselheiro Claudeir considera que não há uma  
09 política pré-definida, sendo necessária ser discutida apenas no CONEPE, uma vez que  
10 existe um orçamento pré-definido destinado ao câmpus. A presidente concorda com o  
11 conselheiro, todavia lembra que essa questão esbarra no regimento e que será resolvido  
12 quando for definido um orçamento para o câmpus. A professora Vera manifesta que é um  
13 problema nacional a migração da universidade pública para a particular. Dessa forma,  
14 considera que o vestibular deve ser reformulado, voltado para a realidade de Mato  
15 Grosso. Cita a criação da FAMMA (Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia)  
16 como estratégia de fortalecimento das modalidades diferenciadas. O conselheiro Tales  
17 propõe votação em bloco dos itens 2.1, 2.3 e 2.4. Em regime de votação: aprovada com  
18 34 votos favoráveis e 01 voto contrário. Em apreciação os subitens 2.3 Curso de  
19 Licenciatura em Física – Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia e 2.4 Curso de  
20 Bacharelado em Zootecnia – Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia. O relator  
21 Tales apresenta que a análise foi idêntica à dos demais cursos, exarando parecer  
22 favorável à abertura dos cursos. Contagem de *quorum*: 38 conselheiros presentes. Em  
23 regime de votação: aprovados os subitens 2.1, 2.3 e 2.4 com 36 votos favoráveis e 02  
24 abstenções. Registra-se a justificativa de voto do conselheiro Luiz Jorge: “Em razão da  
25 votação ter ocorrido em bloco para os itens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4 o conselheiro se abstém em  
26 razão de ser contrário às condições de oferta do curso bacharelado em zootecnia”, e do  
27 conselheiro Valdir: “2.4 Zootecnia, não me senti esclarecido o suficiente para votar e por  
28 ser em bloco impedindo o debate mais aprofundado do referido curso”. A presidente  
29 passa a palavra ao pró-reitor de Planejamento e Tecnologia da Informação. Esclarece que  
30 foi elaborado um sistema para atender a resolução aprovada pelo CONEPE para controle  
31 de atividades docentes. O servidor Paulo Dambros inicia a apresentação do sistema  
32 informando que existe um link da resolução citada. Detalha o preenchimento das tabelas,



01 | mostrando o limite de carga horária, não aceitando preenchimento com outras  
02 | informações. A presidente informa sobre o sistema que é para controlar e registrar as  
03 | atividades dos docentes em 20, 30 e dedicação exclusiva. O conselheiro Luiz Jorge  
04 | sugere que as informações sejam exibidas em letras maiores. Em seguida, a Assessora de  
05 | Comunicação fala sobre o trabalho realizado e informa que o vídeo foi premiado em um  
06 | concurso de nível nacional. Destaca ainda da organização da Revista das Profissões. O  
07 | pró-reitor de Gestão Financeira que aborda a decisão de não prejudicar nenhuma ação da  
08 | universidade, a partir de decreto do Estado. Relata a proposta de fechamento do exercício  
09 | de 2016 junto ao governo estadual, considerado dentro da normalidade. Que execução do  
10 | Congresso Universitário deverá acontecer sem prejuízos. A presidente parabeniza a  
11 | professora Marinez e professor Porto pela aprovação do projeto na FAPEMAT. Em  
12 | apreciação o subitem 2.5 Curso de Bacharelado em Agronomia – Turma Fora de Sede -  
13 | Município de Marcelândia. O relator Adil apresenta a síntese do processo, tece seus  
14 | esclarecimentos e fundamentação legal, exarando parecer favorável à abertura do curso.  
15 | O relator para procede também com a relatoria do subitem 2.6 Curso de Bacharelado em  
16 | Direito - Turma Fora de Sede - Município de Marcelândia, esclarece os trâmites  
17 | processuais, informa que foi realizada uma análise quanto à questão financeira  
18 | orçamentária e manifesta parecer favorável à abertura do curso. O professor Luiz  
19 | Fernando apresenta um histórico do município de Marcelândia, resalta a ausência de  
20 | instituições públicas de ensino superior e que a implantação visa atender demanda da  
21 | região. Contagem de *quorum*: 36 conselheiros presentes. Em regime de votação a  
22 | abertura dos cursos em Marcelândia: aprovados com 35 votos favoráveis e 01 abstenção.  
23 | Registra-se a justificativa de voto do conselheiro Luiz Jorge: “Abstenção em razão de  
24 | votação em bloco envolvendo os dois cursos (Agronomia e Direito), quando ao  
25 | conselheiro compreende e defende a votação em separado, de cada um”. Em apreciação o  
26 | subitem 2.8 Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas - Câmpus de Colíder. O  
27 | relator apresenta síntese do relatório, aborda a nova reformulação da modalidade a ser  
28 | ofertada no câmpus de Colíder. Trata sobre os trâmites processuais, com os respectivos  
29 | pareceres e atesta disponibilidade financeira para a realização do curso. O conselheiro  
30 | Tales esclarece que não foram ofertadas turmas em vestibulares aos cursos do câmpus  
31 | por dois semestres, gerando uma economia financeira que cobre o curso proposto. Dos  
32 | cursos propostos, optou-se pelo curso de Ciências Biológicas a partir de discussões e



01 interesse da região. Relata que o curso passou pelo CONEPE e por uma análise *ad hoc*,  
02 sendo reescrito, para atender algumas especificidades. O conselheiro Claudeir lembra que  
03 o câmpus já ficou sem um curso e que poderia abrir nova turma, além da possibilidade de  
04 remanejamento de geografia para Sinop. Pondera que é preciso criar uma política para  
05 definir quantos cursos de turmas especiais podem ser ofertadas pelo câmpus. A  
06 presidente se compromete a trazer para o conselho uma discussão neste sentido. O  
07 conselheiro Raul manifesta preocupação com a questão de gastos resultantes de abertura  
08 de curso. Questiona os pareceres por *ad referendum* e se a população realmente quer o  
09 curso de biologia. Deve haver uma política da universidade neste sentido, conclui. A  
10 presidente informa que isto deve ser pensado não só na graduação mas também na pós-  
11 graduação. O conselheiro Tales defende que os pareceres *ad referendum* foram  
12 necessários devido à greve e que foram promovidas discussões com a comunidade e as  
13 prefeituras. O conselheiro Marion manifesta que é necessária a realização de estudo para  
14 a escolha do curso a ser ofertado. Sugere uma comissão para aprofundar as discussões. O  
15 professor Luiz Antônio parabeniza o câmpus de Colíder pelo esforço para reorganizar o  
16 câmpus e afirma que esta proposta pode servir para outros câmpus. O professor Francisco  
17 reforça que esta discussão já apareceu no Planejamento Estratégico e está sendo pensada  
18 pela gestão. Contagem de *quorum*: 31 conselheiros. Em regime de votação: com 31 votos  
19 favoráveis. A presidente tece considerações sobre as questões levantadas pelos  
20 conselheiros, acrescenta que muitas coisas poder ser alteradas, como por exemplo, de se  
21 concluir um curso em menor tempo. “Descontinuar é difícil, continuar é fácil”, reflete.  
22 São muitos desafios a serem superados e uma comissão será constituída para dialogar  
23 com a sociedade e discutir possibilidades de expansão. O conselheiro Marion profere a  
24 leitura da Moção contra a PEC 55 (ex-PEC 241) e a MP 746. Após apreciação, é  
25 complementada com contribuições dos demais conselheiros. Em regime de votação:  
26 aprovada com 25 votos favoráveis. O conselheiro Ronaldo lê uma nota de repúdio de  
27 acadêmicos do câmpus de Colíder. A presidente orienta que sejam tomadas as devidas  
28 providências junto ao diretor do câmpus e o pró-reitor de Assuntos Estudantis. 3.  
29 Resultado das Comissões Temporárias: 3.1 Critérios de distribuição de recursos da  
30 Administração Central para os Câmpus Universitários. O relator Anderson apresenta uma  
31 síntese do relatório, fazendo uma explanação geral quanto à distribuição de recursos e  
32 descentralização de ações para o câmpus. O relator tem como encaminhamento a junção



01 | das comissões de repasse e a de CNPJ para cada câmpus. A presidente solicita que seja  
02 | dado um desfecho, ainda que posteriormente sofra alterações necessárias. O professor  
03 | Francisco pondera que a criação do CNPJ depende de uma alteração estatutária, a  
04 | questão é “os direitos e deveres”, as limitações de profissionais para desenvolver  
05 | determinadas atividades. A pergunta é: enquanto entidade jurídica o que se pode fazer  
06 | circunscrito ao câmpus? Assim, solicita um pouco mais de tempo para ter maiores  
07 | discussões, para futuras orientações e encaminhamentos. A presidente reforça que é  
08 | necessária a execução e a descentralização de muitas ações para os câmpus. O  
09 | conselheiro Alexandre Faleiro questiona se serão descentralizadas todas as atividades  
10 | desenvolvidas, sendo esclarecido pelo pró-reitor Francisco Lledo. O conselheiro Milton  
11 | complementa que acompanhou as contas da universidade por algum tempo e que, grande  
12 | parte dos apontamentos que a reitoria recebeu, são demandas geradas nos câmpus. Então  
13 | é preciso se pensar muito sobre a descentralização, é muito complexa, profunda, a  
14 | responsabilidade é muito grande. O conselheiro Adil parabeniza o papel da comissão e  
15 | afirma que não pode encaminhar algo pendente de melhor análise. O conselheiro Milton  
16 | considera que, se um câmpus fica comprometido, todos os demais sofrem com isto. O  
17 | Assessor Jurídico acrescenta que o modelo centralizador é ultrapassado, que a  
18 | descentralização participativa gerará mais eficiência e que os câmpus precisam ter maior  
19 | autonomia para gerir suas peculiaridades. Pondera que enviar todas as demandas para a  
20 | gestão central acaba prejudicando a universidade. O conselheiro Pascuali não conseguiu  
21 | entender essa junção, considerando que existe um valor de repasse determinado pela  
22 | quantidade de cursos no câmpus. O conselheiro Dirceu considera que essas questões  
23 | precisam se discutidas nos câmpus. Que outros órgãos possuem Ata de Aquisição própria  
24 | e questiona por que a universidade não. O vice-reitor afirma que a universidade não tem  
25 | autonomia para possuir Ata. O conselheiro Milton argumenta que o artigo 207 da  
26 | Constituição garante essa autonomia e que é preciso fazer valer. O Assessor Jurídico  
27 | esclarece que emitiu parecer contrário ao decreto do Estado que proíbe que a instituição  
28 | possa fazer sua ata, argumentando pela inconstitucionalidade do decreto. A presidente  
29 | lembra que, se ocorre algum problema local de gestão, tudo recai sobre a reitoria. Nesse  
30 | sentido, talvez a solução esteja na descentralização do CNPJ. Considera que é preciso  
31 | regulamentar essa situação. Comunica que haverá uma reunião com todos os diretores  
32 | para apresentar o planejamento ao governador; que está sendo feito um estudo na sede



01 para melhorar a execução. Pondera que é necessário considerar as alternativas dos  
02 câmpus, pois a Sede Administrativa não possui todas as soluções. Proposta: junção e  
03 recomposição das comissões. Em regime de votação: aprovada com 35 votos favoráveis e  
04 01 abstenção. Registra-se a justificativa de voto do conselheiro Luiz Pascuali: “Não  
05 esclarecido da necessidade de junção das comissões de CNPJ e Repasses”. Em  
06 apreciação o subitem 3.2 Estudo e reorganização dos cursos do Câmpus do Vale do Teles  
07 Pires em Colíder: Curso de Geografia. O relator Vinícius apresenta uma síntese do  
08 relatório final do curso de Geografia, apresentando um histórico do curso e os  
09 encaminhamentos para a reorganização que visa resolver a questão da baixa demanda. A  
10 professora Judite apresenta o estudo de demanda a partir da localidade e da região,  
11 utilizando a metodologia adotada pelo IBGE, a fim de analisar o interesse pelo curso.  
12 Informa que sete cursos do câmpus de Sinop possuem correlação com o curso de  
13 Geografia. O relator solicita que seja apreciada por este conselho a migração do curso de  
14 geografia de Colíder para o Câmpus de Sinop. A professora Kelli, membro da comissão  
15 do câmpus de Sinop, que analisou a migração do curso de Geografia, ressalta a  
16 importância do curso para o câmpus, possuindo este as devidas condições para abrigar o  
17 curso, seja com infraestrutura ou ainda com a interação entre áreas de conhecimento e o  
18 fortalecimento da pós-graduação. O conselheiro Raul apresenta consideração do ponto de  
19 vista econômico, transferindo o curso para o sul do Estado. Considera que a função do  
20 professor futuramente será extinta devido ao avanço da tecnologia. O conselheiro Marion  
21 revela um conceito que o professor Straub trabalhou em seu estudo. Apresenta um mapa  
22 de Mato Grosso com a construção da rede de conexões da UNEMAT. Frisa que a  
23 comissão de Colíder apresentou a proposta ao câmpus de Sinop e que foi aceita pensando  
24 na instituição como um todo e não apenas pelo interesse financeiro, conclui. O  
25 conselheiro Luiz Jorge pensa que a migração do curso de geografia para Sinop não  
26 solucionará o problema. Argumenta que essa ação fortalecerá o câmpus de Sinop em  
27 detrimento dos câmpus considerados pequenos. Proposta do conselheiro Luiz Jorge:  
28 “Pela não transferência do curso do câmpus de Colíder para o Câmpus de Sinop. Que  
29 seja concluído o curso de geografia, encerrada a oferta em Colíder na modalidade de  
30 oferta contínua e que os professores efetivos de geografia sejam disponibilizados para  
31 remoção para outros câmpus (Cáceres, por exemplo) e os remanescentes que sejam  
32 lotados na faculdade multidisciplinar, para ofertas de cursos em modalidades



01 diferenciadas e pós-graduação”. O conselheiro Tales esclarece que desde o início da  
02 baixa demanda houve uma grande mobilização para mudar o cenário, bem como estudos  
03 de viabilidade como remoção ou extinção do curso. O conselheiro e técnico Jeferson  
04 lembra que já está ocorrendo a transferência de técnicos de Colíder para outros câmpus.  
05 O professor Ivan do curso de Geografia afirma que este momento é muito rico, e que  
06 participar da gestão é de extrema relevância para os rumos da instituição. O professor  
07 Anderson Amaral salienta que já compôs vários conselhos e ainda não tinha visto uma  
08 discussão tão rica como esta. Pensa que é preciso se pensar em uma solução global e que  
09 não se deve estimular a predação dos câmpus menores pelos maiores. A presidente nega  
10 que alguma predação está sendo estimulada. O conselheiro Adil considera que é preciso  
11 reinventar e encontrar caminhos possíveis. O câmpus de Sinop não provocou Colíder,  
12 uma vez que aconteceu toda uma discussão naquele câmpus, sendo indicado o câmpus de  
13 Sinop. Não se pretende criar barreiras e sim construir soluções, finaliza. O professor  
14 Anderson defende que não se referiu especificamente ao câmpus de Sinop. O conselheiro  
15 Luiz Antonio agradece ao conselho a aprovação dos cursos do Médio Araguaia. Propõe  
16 que seja discutida a previsão de oferta de cursos em cada câmpus. O professor Vinícius  
17 reforça que a proposta atual foi feita após muitas discussões e que se sente ofendido com  
18 algumas falas, devido à disputa de poder. Salienta que quando o curso foi criado, nenhum  
19 professor queria sair de lá, mas foram levados a repensar mediante a situação. Que as  
20 soluções pensadas estão no relatório e que este conselho respeite as decisões dos  
21 professores de Geografia. O conselheiro Ronaldo parabeniza a fala do professor  
22 Anderson e pensa que esta não seja a melhor solução para o curso. Argumenta que não  
23 são todos os acadêmicos que concordam com a migração do curso de Geografia. Pensa  
24 que conflito entre câmpus podem ser gerados com a migração de cursos com baixa  
25 demanda de um câmpus para outro. O conselheiro Tales declara que o discente, membro  
26 da comissão, não assinou o relatório, não participou das discussões e nunca manifestou a  
27 opinião que acabara de proferir. O conselheiro Ronaldo reforça que os acadêmicos não  
28 concordam com a extinção do curso e que as únicas opções que deram foi extinção ou  
29 migração para Cáceres. Dessa forma, os acadêmicos optaram por permanecer na região.  
30 O conselheiro Luiz Pascuali manifesta que está se sentindo angustiado, pois ainda era  
31 membro do CONEPE quando se discutia curso com baixa demanda. Pensa que fechar  
32 curso não seria a alternativa e afirma que é preciso se reestruturar para atender a nova



01 demanda. O conselheiro Clebes se sente privilegiado por estar participando destas  
02 discussões. Acrescenta que foi proposto para o câmpus fazer a análise técnica e que  
03 Sinop apresentou os melhores requisitos para abrigar o curso de Geografia. A professora  
04 Vera informa que, quando foi ao câmpus no ano passado, o professor Vinícius já tinha  
05 um estudo sobre a problemática. Cita três documentos: a Conferência Mundial para  
06 Ensino Superior de 2000; o livro “Os sete saberes necessários à educação do futuro”, de  
07 Edgar Morin; e o livro “A universidade do terceiro milênio”. Ressalta a necessidade de  
08 investimento no Congresso Universitário e discutir o que é melhor para a universidade e  
09 para a sociedade. Que é preciso se comunicar com a sociedade e espera que com o  
10 Congresso Universitário seja possível discutir e, a partir do Planejamento Estratégico,  
11 encontrar alternativas. O conselheiro Alfredo considera que, quando se discutir e saber  
12 qual a função de cada câmpus, será possível apresentar uma proposta inovadora que  
13 solucione os problemas. O conselheiro Marion afirma que defender a fragmentação é  
14 colocar o emprego em risco. O técnico Darlan Guimarães manifesta que não acredita que  
15 os profissionais do câmpus de Colíder não fizeram nada para solucionar os problemas.  
16 Segundo ele, esses problemas chegaram porque todas as decisões deste conselho foram  
17 pautadas por interesses políticos, relegando a importância do curso para a região e sua  
18 contribuição para a pós-graduação. A presidente lembra que quando o professor  
19 Maldonado criou os câmpus tomou “tinta” e não deseja olhar para trás e dizer que quem  
20 criou curso era louco. A presidente não se arrepende em ter aberto a “caixa de Pandora”,  
21 o que for preciso deverá ser feito. É preciso pensar e encontrar uma solução. O que não  
22 pode é ficar esperando o Ministério Público intervir, finaliza. Proposta 01: Migração do  
23 curso de geografia do câmpus de Colíder para o câmpus de Sinop. Proposta 02: Extinção  
24 do Curso, com remoção dos professores para o câmpus de Cáceres ou faculdade  
25 multidisciplinar. O conselheiro Adil propõe a votação da proposta 02. O conselheiro  
26 Marion, como questão de encaminhamento, solicita que seja colocado em votação a  
27 proposta 01. Em regime de votação: Proposta 01 obtém 31 votos favoráveis; Proposta 02  
28 obtém 04 votos favoráveis. Aprovada a migração do curso de Geografia do câmpus de  
29 Colíder para Sinop. Aos dez dias do mês de novembro de dois mil e dezesseis, no mesmo  
30 local, a partir das oito horas, após a contabilização de *quorum* e os cumprimentos, a  
31 presidente declara aberta a sessão, dando continuidade à apreciação dos pontos de pauta.  
32 A presidente apresenta os componentes da comissão da ABEAS que estão presentes, em



01 uma parceria entre a associação e a universidade, com ênfase nas ciências agrárias. O  
02 professor Anderson Amaral ressalta que é preciso se aproximar dos demais cursos do  
03 país, a fim de aprimorar conhecimentos e tecnologias. O professor Helmat, ex-reitor da  
04 UFMT, relembra o início e as lutas para consolidação da UNEMAT e explica que hoje  
05 traz o presidente e o diretor da ABEAS, elencando as atividades desenvolvidas pela  
06 associação em prol do ensino superior. O presidente Juliati, após os cumprimentos,  
07 afirma também fazer parte de uma instituição multicâmpus, faz considerações sobre a  
08 estada em Cáceres e trata de eventos a serem realizados e das discussões que visam a  
09 melhoria da qualidade de ensino. Informa que recentemente participou do Fórum  
10 Mundial, ocorrido na África do Sul, e que a discussão é uma só: adequar o currículo para  
11 garantir a empregabilidade e o desenvolvimento. Reforça que esta preocupação é de  
12 âmbito mundial. O diretor financeiro da ABEAS agradece a oportunidade de estar  
13 presente e espera que se tenha um bom dia de trabalho. A presidente retoma a palavra e  
14 lembra que já iniciou as discussões entre as áreas para que se pense o que fazer para  
15 melhorar a geração de emprego e renda. Agradece a presença e deseja que tenham um  
16 bom dia de trabalho. A presidente propõe a inversão de pauta para o item 5. Em regime  
17 de votação: aprovada com 35 votos favoráveis e 04 abstenções. Em apreciação o item 5.  
18 Câmara Setorial de Desenvolvimento Institucional, subitem 5.1. Planejamento  
19 Estratégico Participativo. O servidor Júlio de Lara apresenta o fluxograma de  
20 funcionamento do Planejamento Estratégico Participativo, esclarecendo quanto aos  
21 grupos de trabalho, as etapas e os resultados alcançados, pilares estratégicos,  
22 detalhamento das ações estratégicas de cada órgãos/unidade a serem feitas até o próximo  
23 ano, considerações e encaminhamentos. O pró-reitor de Planejamento e Tecnologia da  
24 Informação esclarece que o início do PEP demandou um confronto entre as técnicas  
25 administrativas e diretrizes universitárias, chegando ao entendimento que era preciso ser  
26 participativo, começando com palestras sobre planejamento, realização de trabalho com  
27 uma consultoria externa. Assim, foi construído a partir de discussões democráticas e  
28 participativas. É preciso que o PDI parta deste Planejamento Estratégico. A proposta é  
29 que os câmpus construam seus planejamentos e que o PDI seja sistematizado para que  
30 haja controle, monitoramento e avaliação contínua. E assim, está se pensando em  
31 implantar isto na universidade para acompanhamento de todos, conclui. A presidente  
32 reforça que Planejamento Estratégico Participativo precisa ter o acompanhamento e



01 | avaliação. Se o PDI para cinco anos já está complicado, imagine PEP para 10 anos,  
02 | avalia. Informa sobre a metodologia utilizada para sistematização dos objetivos e anseios  
03 | da comunidade acadêmica. Informa que irá constituir um comitê de acompanhamento e  
04 | avaliação do planejamento. Atualmente se sabe o que é prioridade de cada câmpus,  
05 | assim, agregar o PEP e a comissão de Repasse poderá contribuir muito mais para o  
06 | desenvolvimento de cada câmpus. Considera que este documento deve ser visitado a cada  
07 | ano para verificação, se está sendo cumprido e os resultados alcançados. O relator  
08 | professor Anderson Miranda apresenta uma síntese do relatório, destaca o alinhamento  
09 | da autoavaliação institucional e do PEP, compila informações e faz o cruzamento entre  
10 | elas. Ressalta que a construção provém dos câmpus e que, após sistematização, retorna  
11 | aos câmpus para execução. Exara parecer favorável à homologação do Planejamento  
12 | Estratégico Participativo. O conselheiro Ricardo relembra o início dos trabalhos e dos  
13 | esforços e discussões demandas para a construção do Planejamento Participativo, que  
14 | agora retorna para o câmpus para ser construído o PEP do câmpus, então pede ajuda para  
15 | compreender como fazer após a construção deste PEP macro da instituição. O servidor  
16 | Júlio informa que, basicamente, é alinhar o geral com o do câmpus. O conselheiro Raul  
17 | lembra que o planejamento é contínuo e que deve ter influência de entidades externas  
18 | para as discussões durante a sua construção ou ainda no período de execução. O  
19 | planejamento é permanente e que deve ser revisado todo o tempo. Sugere que se tenha  
20 | um técnico especialista em planejamento estratégico no corpo da equipe para que  
21 | acompanhe todas as ações. A presidente esclarece que não há um técnico especialista,  
22 | porém o servidor Júlio irá acompanhar e disponibilizar este documento, a fim de que  
23 | todos tenham conhecimento. O conselheiro Milton parabeniza a equipe pelo trabalho, que  
24 | considera bem elaborado e construído, porém ao consultar nos portais dos tribunais  
25 | constatou um documento orientando que a UNEMAT tenha planejamento, orientando  
26 | que a controladoria interna da instituição tenha um técnico em cada câmpus para se  
27 | acompanhamento. Considera que não há autonomia orçamentária, pois não se tem  
28 | domínio da máquina arrecadadora. A presidente concorda com as palavras do  
29 | conselheiro. O conselheiro Adil manifesta a opinião que este conselho é um dos melhores  
30 | que já se teve na universidade. Sugere a existência de um local, um *link*, onde a  
31 | comunidade externa possa fazer sugestões. A presidente esclarece que durante a  
32 | construção do PEP foi disponibilizado para consulta pública. Em regime de votação:



01 | aprovado com 28 votos favoráveis. Em apreciação o subitem 3.4 Reestruturação das  
02 | minutas do Programa de Assistência Estudantil - PAE, Auxílio Alimentação, Auxílio  
03 | Moradia e Auxílio Evento. O relator Anderson Amaral relembra que todas as minutas  
04 | foram revistas, como deliberado no conselho anterior, sendo constituída uma comissão e  
05 | que todos os destaques foram atendidos nesta nova minuta, exceto alguns pontos que  
06 | restaram para ser discutidos e deliberados. Relata sobre o PAE e suas alterações. O  
07 | conselheiro Luiz Pascuali informa que foi constituída uma comissão e, como não houve  
08 | reunião, foram mandadas sugestões e elas não constam na minuta. O professor Anderson  
09 | pede que sejam feitas as contribuições para serem acrescentadas. O conselheiro Rogério  
10 | considera desnecessário colocar “competições esportivas”, pois não existe em nenhum  
11 | outro lugar. Que seja colocado após “culturais” no próprio artigo, sugere. O conselheiro  
12 | Ivan entende que o preenchimento do formulário deveria ser feito em cada câmpus e não  
13 | on line. A presidente demonstra preocupação quanto aos casos de participação de  
14 | estudantes que não precisam do auxílio. O professor Anderson propõe que o questionário  
15 | seja reformulado, mais explicativo e com condições de fazer um filtro dentro do perfil  
16 | necessário. O conselheiro Ivan esclarece que não seria necessário abandonar o formulário  
17 | *on line*, mas que a seleção aconteça no câmpus, em um setor de bolsas e auxílios. O  
18 | professor Anderson relembra que foi discutido que a banca deve interferir na seleção e  
19 | isto será definido nos editais. A conselheira Eloisa solicita que seja disponibilizado on  
20 | line todos os formulários para o câmpus fazer uma prévia. A conselheira Cleci questiona  
21 | quanto ao número de eventos, que não consta na minuta e quanto à fiscalização. O  
22 | conselheiro Ronaldo faz suas considerações quanto aos auxílios e procede à leitura de  
23 | uma carta com questionamentos sobre as bolsas e o desligamento de auxílios. Manifesta  
24 | que é o momento de convidar as frentes representativas para profundas discussões. Como  
25 | proposta, acrescenta que sejam concedidos auxílio e bolsa extensão. A conselheira  
26 | Eveline discorda quanto ao número de créditos como fator discriminante, pois o que se  
27 | espera é que se garanta a todos a permanência até ao final do curso. Propõe 12 créditos.  
28 | A presidente encaminha o ajuste sugerido pelo conselheiro Rogério. Em regime de  
29 | votação: aprovada com 30 votos favoráveis e 01 abstenção. Registra-se a justificativa de  
30 | voto do conselheiro Gabriel: “Abstenção por desconforto em apreciar o item”. Proposta  
31 | de criação do Auxílio Transporte: aprovada com 30 votos favoráveis e 03 abstenções.  
32 | Registra-se a justificativa de voto da conselheira Marinez: “Faltou a pergunta,



01 esclarecimentos, não me senti esclarecida o suficiente para votar”; do conselheiro  
02 Alexandre: “Justifico minha abstenção quanto ao vale-transporte por dois motivos: 1.  
03 isonomia: o direito de ir e vir é para todos, logo, se houver um vale-transporte ou auxílio  
04 transporte, que seja para todos; 2. não é possível, em minha opinião, votar sem ter  
05 nenhum parâmetro sobre o impacto financeiro que isso trará”; do conselheiro Tales:  
06 “Abstenção do voto por não ter sido apresentado até o momento como será feito o auxílio  
07 transporte”. Conselheiro Ronaldo propõe: acúmulo de auxílios mais uma bolsa. O  
08 conselheiro Ivan solicita qual o valor do auxílio transporte, sendo informado que ainda  
09 será regulamentado. O vice-reitor argumenta que a universidade tem recursos  
10 contingenciados e que, com essa proposta, seriam atendidos um número menor de  
11 pessoas. O conselheiro Ronaldo protesta que com apenas R\$ 430,00 o aluno não  
12 consegue se sustentar. O conselheiro Valdir pondera que não é necessário privar os  
13 discentes do direito de possuírem uma bolsa de financiadores externos. O conselheiro  
14 Claudeir concorda com as falas e propõe: auxílios e uma bolsa externa. O conselheiro  
15 Marion considera necessário resguardar a permanência dos acadêmicos e ampliar o apoio  
16 com novas políticas. O pró-reitor de Assuntos Estudantis informa que durante o ERAU  
17 (Encontro de Representantes Acadêmicos) foi solicitado aos acadêmicos a inscrição para  
18 participar da construção do plano de assistência estudantil e que houveram pouquíssimos  
19 inscritos. O conselheiro Luiz Pascuali sugere que seja considerado o mérito de um  
20 acadêmico aplicado, a fim de garantir a sua permanência. A presidente manifesta que é  
21 preciso se pensar muito sobre isto, pois antes não se tinha, atualmente tem e precisa ser  
22 melhorado. O conselheiro Luiz manifesta que é preciso se garantir a permanência por um  
23 período e não apenas nos primeiros semestres. A conselheira Marinez esclarece que  
24 auxílio moradia era gerido pelos alunos, então é preciso refletir sobre isso. A conselheira  
25 Cleci pensa que seria interessante construir casas para estudantes. A professora Kelli  
26 pondera sobre a limitação orçamentária. A conselheira Keila argumenta que é inútil  
27 aumentar o benefício sem resolver a questão do controle, uma vez que muitos alunos não  
28 sabem nem como preencher os formulários. A presidente considera que: uma coisa é  
29 investir em alguém para render e outra para garantir permanência. Propõe a retirada da  
30 pauta, para amadurecimento da matéria. O professor Anderson discorda. Alega que esta  
31 minuta vem pela segunda vez ao conselho, sendo necessário finalizar estas discussões. O  
32 conselheiro Luiz Pascuali reforça que não houve reunião para discutir o que foi proposto.



01 O conselheiro Dirceu afirma que apenas enviar as contribuições não é a solução, sendo  
02 preciso estar presente junto às discussões. O conselheiro Marion considera que não há  
03 mais como protelar isso, a realidade urge por essa resolução. A presidente esclarece que  
04 voltar duas vezes para apreciação não é uma preocupação, pior seria não discutir e votar  
05 assim mesmo. Pensa que uma reunião presencial é urgente. O vice-reitor informa que  
06 existe resolução vigente e o que se espera é melhorar a existente. O professor Anderson  
07 lembra que a resolução vigente não prevê alguns pontos, que precisam ser  
08 regulamentados. A presidente consulta os conselheiros. Propõe retirada de pauta com  
09 recomposição da comissão. Em regime de votação: 34 votos favoráveis e 03 votos  
10 contrários. Em apreciação o subitem 3.3. Estudo e reorganização dos cursos do Câmpus  
11 de Alto Araguaia: Curso de Jornalismo. A professora Antônia inicia sua fala dizendo que  
12 o curso de Jornalismo não é do câmpus de Alto Araguaia e sim da universidade. E assim  
13 a universidade pode decidir para onde levar o curso. Que os professores fizeram concurso  
14 para o curso de Jornalismo e que na posse havia a preocupação que o câmpus fosse  
15 fechado e transferido para Rondonópolis. Que não consta com uma boa estrutura para o  
16 curso, com grandes limitações e dificuldades para realização de estágio. Tece outras  
17 considerações quanto ao histórico das discussões do curso para resolver estas questões e  
18 a de baixa demanda. Que em reunião ficou decidido entre os docentes que não há  
19 possibilidade do curso permanecer em Alto Araguaia e o câmpus mais propício a receber  
20 o curso é o câmpus de Tangará da Serra. Que houve uma reunião com a reitoria sobre a  
21 proposta e também o interesse do câmpus de Tangará da Serra, sendo realizado um  
22 estudo de demanda. O professor Rafael apresenta o estudo de migração do curso de  
23 jornalismo de Alto Araguaia para o câmpus de Tangará da Serra. Que receberam a visita  
24 do Conselho Estadual de Educação para transferência para outro local para sobrevivência  
25 do curso. Esclarece outros trâmites da discussão internamente e apresentou a  
26 contextualização da oferta de curso regular em Alto Araguaia e a justificativa de  
27 migração para Tangará da Serra. A presidente agradece o trabalho dos professores e  
28 passa a palavra ao professor Milton, que relata desde a composição da comissão até uma  
29 síntese geral sobre a matéria. Faz alguma discordância com a professora Antonia pois  
30 quando alguém faz concurso público a primeira coisa é quanto eu vou ganhar e aonde eu  
31 vou trabalhar. Que o relatório é bom e que o primeiro ano que o curso funcionou  
32 praticamente foi mantido pela prefeitura e tinha equipamentos que foram sumindo ao



01 | longo dos anos. Que o curso tem problemas tem, todos sabem. Que hoje no Brasil  
02 | jornalismo não é profissão, que certa época era preciso alterar o curso e a nomenclatura e  
03 | assim foi alterado para comunicação social com ênfase em jornalismo, e esta alteração  
04 | não foi bem sucedida. Pensa que seria viável terminar o PEP, o Congresso para se  
05 | agregar a comissão de baixa demanda para se planejar ações que venha a resolver os  
06 | problemas. Reforça que o câmpus do Médio Araguaia em Luciara foi criado para atender  
07 | a demanda como turma parcelada os demais não. Diz ainda que suavemente se tira um  
08 | curso, depois outro e assim logo não se tem mais o câmpus. O conselheiro Marion  
09 | solicita que seja apresentado o relatório para ser apreciado pelos conselheiros dado o  
10 | adiantado da hora. Prossegue afirmando que é preciso se ter cautela quanto a  
11 | terminologias “comissão de transição” esta só poderá acontecer após a remoção dos  
12 | docentes. Reflete que então seria interessante tomar a decisão de se tornar apenas quatro  
13 | polos. Proposta: “verificar um outro curso parceladas para se iniciar lá, a questão de  
14 | turmas especiais”. Parabeniza os trabalhos realizados e espera que os conselheiros  
15 | estejam sensíveis a isto. A presidente solicita que todos façam a avaliação institucional,  
16 | que tudo isto ajuda muito, o PEP, a consulta pública e outros. Informa que a questão da  
17 | baixa procura se discutiu e não se chegou a uma decisão. Pensa que não está sendo  
18 | promovido a predação e sim a preocupação para manter os câmpus e cursos. O  
19 | conselheiro Adil apresenta o seguinte encaminhamento: “já que a matéria de ontem é a  
20 | mesma apresentada neste subitem e foi discutido exaustivamente, propõe que a mesa  
21 | limite apenas três falas em defesas e três contrárias e que seja colocado em votação”. O  
22 | conselheiro Claudinei pensa que se vai limitar a fala fica complicado. O conselheiro  
23 | Tales manifesta que não vê a necessidade de limitação pois cada vez que se discute  
24 | surgem novas ideias. O conselheiro Claudinei manifesta que seja aguardado o congresso  
25 | e discutido a partir do PEP a situação, pensa que não vê como se resolver agora e reflete  
26 | que amarrar a abertura de novo curso isto deve ser planejado. O conselheiro Claudeir  
27 | reforça que não precisa ser voto qualificado e nem que todos os professores aceitem,  
28 | basta o conselho colocar em votação e votar. Quando o curso for para algum lugar não  
29 | pode ser de imediato, pois o quadro de professores não está completo, é preciso organizar  
30 | para ver a disponibilidade de mudanças e do câmpus para organizar espaço e outros.  
31 | Além de não se abrir turmas em vestibulares fica possibilitado a abertura de turma  
32 | especial. A conselheira Eloisa questiona como seria o curso, se de forma regular, se for



01 | isso seria um novo curso com novos gastos. A presidente reforça que o câmpus de Barra  
02 | foi iniciado com parceladas e não se pode falar em assédio, não foi mexido com outros  
03 | câmpus com os mesmos problemas apenas está concluindo estes dois (Colider e Alto  
04 | Araguaia) por já estar em andamento e por cobranças externas. Lembra que o problema é  
05 | descontinuar, continuar é fácil. Que não está se fechando câmpus e nem curso, pensa que  
06 | hoje é possível de fazer melhor. O relator Milton reforça que todos os docentes aceitaram  
07 | a remoção para Rondonópolis desde que viesse novo curso para o câmpus, mas que  
08 | houve nova proposta para se reorganizar o câmpus. A presidente relembra que quando se  
09 | criou os novos cursos em 2012 não se criou nenhum curso até se chegar a uma decisão  
10 | quanto a esta questão. Informa que quando discutiu com o governo para se fazer uma  
11 | política de estado para Rondonópolis o estado não assumiu. O conselheiro Marion  
12 | manifesta que por participar de uma das comissões, pode viver todos os problemas e  
13 | dramas vivenciados pelos colegas. Que é preciso prestar a atenção e não ter medo de ser  
14 | grande. O conselheiro Raul questiona se aprovado a proposta de migração do Curso de  
15 | Jornalismo para o câmpus de Tangará da Serra irá aprovar um curso para Câmpus de  
16 | Alto Araguaia, sendo esclarecido que não apenas está sendo proposto apresentar uma  
17 | turma especial. A presidente esclarece que deve obedecer uma programação para a  
18 | migração. O conselheiro Tales manifesta que é uma proposta a ser pensada pois parece  
19 | ser viável e isto deve ser apresentado para o próximo CONSUNI. O conselheiro Tales faz  
20 | a proposta de “suspensão do vestibular, transferência do curso em 2018 e prazo para  
21 | propor novo estudo de novo curso”. O conselheiro Vinícius manifesta que todos estão  
22 | com o mesmo problema, e vai continuar votando neste sentido, porém se preocupa como  
23 | será daqui há cinco meses, o conselho será mudado e isto preocupa um pouco, pois não  
24 | sabe-se o que vem depois. Que é preciso se refletir sobre isto sobretudo perante o  
25 | governo atual. Que isto preocupa. A conselheira Marinez lembra que por estar no  
26 | CONSUNI os conselheiros são cobrados pela decisão, e pensa que quando se fala em  
27 | evasão é preciso tentar resolver o problema desde o início, a questão de estágio também e  
28 | ainda se o Câmpus de Tangará tem todas as estruturas? Que as vezes as transferências de  
29 | curso de um câmpus para o outro todos os problemas serão resolvidos. Que ontem se  
30 | tinha a opinião de todos os docentes e dos discentes e aqui não viu esta situação. Que não  
31 | se tem uma proposta de migração, apenas agora foi apresentada. O conselheiro Ricardo  
32 | manifesta que está tentando encontrar soluções paliativas, o caso de turismo de Nova



01 | Xavantina não foi encontrado no mercado e está sendo fechado em todo país, por outro  
02 | lado reflete que também irá ofertar apenas cursos clássicos? Então entende que está na  
03 | hora de se repensar as matrizes curriculares, é preciso pensar em como ser atrativo para  
04 | atender a demanda de mercado. Que é preciso tomar uma decisão em relação a  
05 | modernização das matrizes curriculares. O conselheiro Anderson Miranda manifesta que  
06 | é preciso se ater ao relatório que é técnico científico, e informa que o Câmpus de Tangará  
07 | da Serra pode abarcar este curso, com relação a colocação de se abrir turma especial é  
08 | preciso ter um estudo de demanda. Sugere que seja decidido hoje pois a discussão já está  
09 | bem amadurecida, que a proposta do professor Tales apresenta alguns pontos não  
10 | aplicáveis. A conselheira Gislane sugere que seja votada a proposta nesta sessão.  
11 | Proposta: “Que os cursos criados na modalidade de turma especial em Colíder, Alto  
12 | Araguaia e Juara sejam remanejados dentro dos interesses demandados, que se tenha  
13 | turma rotativas para atender as unidades menores – que possa ser apresentada esta  
14 | proposta no próximo CONSUNI”. O conselheiro manifesta que se tem duas situações  
15 | distintas aqui, uma comissão constituída por este conselho e um grupo de professores em  
16 | período probatório preocupados, que o ideal seria aguardar a decisão da comissão para  
17 | depois resolver. O conselheiro Adil manifesta que era preciso se ater ao relatório, que é  
18 | preciso discutir falas que não são negativas, propõe votar o relatório. A presidente fala  
19 | sobre a competição em uma eleição, quando se perde não há que se desesperar, e pensa  
20 | que há muito o que se fazer para melhorar. Afirma que é parceira e que se inicia outros  
21 | tempos. A presidente delibera que irá construir uma comissão para criar um Programa de  
22 | Curso Itinerantes, mas é preciso ter calma; que parceladas não é menos, pois já aprendeu  
23 | muito com alunos de parceladas. Que existe demandas sociais a serem escutadas. Que  
24 | juridicamente não se pode pensar em obrigar um professor a ser itinerante, mas é preciso  
25 | se pensar em novos tempos. O vice-reitor manifesta que esta discussão não é fácil, mas  
26 | que esta questão já vem se arrastando há muito tempo e que vem sendo cobrados que a  
27 | gestão não tem resolvido o problema, mas na verdade esta sim sendo pensado. Que  
28 | muitas vezes uma maioria do curso diz ser problema da universidade e não dele, e que  
29 | existe a possibilidade de se repensar os currículos e a carga horária. Que é preciso pensar  
30 | como resolver os problemas. Reflete que hoje é Alto Araguaia e amanhã poderá ser outro  
31 | câmpus. Em regime de votação: Proposta 01 - “Migração do curso em 2018/1, suspensão  
32 | do vestibular para jornalismo em Alto Araguaia em 2017/1, estudo de demanda para



01 abertura de novos cursos em 2018/1” (Tales). Proposta 02 - “Migração do curso de  
02 jornalismo de Alto Araguaia para o câmpus de Tangará da Serra e conceder prazo até a 1ª  
03 sessão de 2017 para apresentar um relatório completo da comissão e a proposta de  
04 abertura de novo curso em turma especial em 2017/2” (Milton Chicalé). O conselheiro  
05 Adil propõe que seja votado apenas o proposto no relatório. O conselheiro Milton retira a  
06 proposta 02. Em regime de votação a proposta do professor Tales: 32 votos favoráveis e  
07 02 abstenções. Registra-se a justificativa de voto do conselheiro Luiz Jorge: “Justificativa  
08 de abstenção: inexistência de política institucional com critérios de expansão, bem como  
09 de encerramento e/ou transferência de cursos de câmpus para câmpus” e do conselheiro  
10 Valdir: “Inexistência de política institucional com critério de encerramento de cursos ou  
11 mudanças de câmpus ou ainda de fechamento de câmpus”, e ainda o registro do voto em  
12 separado do conselheiro Luiz Pascuali: “Voto favorável, no entanto volto a frisar que  
13 existe a necessidade de discussão sobre a criação de polos e a oferta de cursos na forma  
14 de turma únicas em todo o estado atendendo a população de Mato Grosso com a análise e  
15 criação de laboratório itinerante”. Em seguida recompueram as Câmaras setoriais com a  
16 representação dos alunos eleitos para o último ano de mandato. Câmara de Legislação:  
17 Daniela Martins, Câmara de Orçamento e Patrimônio: Keila Mara, Câmara de  
18 Desenvolvimento Institucional: Daniele Batista Cardoso, Câmara de Atividades  
19 Acadêmicas: Antônio Ronaldo da Silva. A presidente pede o apoio para a avaliação  
20 institucional nos câmpus. Nada mais havendo a tratar, a presidente declarou encerrada a  
21 sessão e eu, Silvana Mara Lente, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada pelos  
22 conselheiros, segue devidamente assinada.

23  
24  
25  
26  
27  
28  
29  
30  
31